Mobilizações feministas na internet e a formação de redes de solidariedade online

Feminist mobilizations on the Internet and the formation of online solidarity networks

Débora Cajé Yamamoto

Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/pontourbe/10997>

DOI: 10.4000/pontourbe.10997

ISSN: 1981-3341

Editora

Núcleo de Antropologia Urbana da Universidade de São Paulo

Referência eletrônica

Débora Cajé Yamamoto, «Mobilizações feministas na internet e a formação de redes de solidariedade online», *Ponto Urbe* [Online], 29 | 2021, posto online no dia 27 dezembro 2021, consultado o 31 dezembro 2021. URL: <http://journals.openedition.org/pontourbe/10997> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/pontourbe.10997>

Este documento foi criado de forma automática no dia 31 dezembro 2021.

This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.

Mobilizações feministas na internet e a formação de redes de solidariedade online

Feminist mobilizations on the Internet and the formation of online solidarity networks

Débora Cajé Yamamoto

NOTA DO EDITOR

Versão original recebida em / Original Version 16/03/2021

Aceitação / Accepted 24/06/2021

Introdução

- ¹ Esses grupos *feministas* surgiram na internet majoritariamente a partir dos anos 2010, em sites, blogs, páginas no Facebook, canais no Youtube, contas no Twitter ou Instagram – ou seja, no mundo digital. Reivindicam a internet como um espaço que as possibilitam falar sobre temas que, segundo elas, são geralmente excluídos da mídia comercial hegemônica¹, tais como *assédio sexual*, *aborto*, *racismo*, *sexualidade* e *violência* permitindo, assim, a “construção de contranarrativas”².
- ² Através das redes sociais, esses grupos atuam para a criação de espaços que possibilitam às mulheres falarem de si mesmas, dando visibilidade às suas experiências. Essas, já de grande importância para os movimentos feministas, como apontado por Facchini *et al* (2020), ganham centralidade para esses grupos no digital. Se, inicialmente, as narrativas em primeira pessoa pareciam singularizar ou até mesmo individualizar uma situação de *machismo*, nota-se que, na verdade, elas são acionadas de modo a expressar uma experiência coletiva, desencadeando um sentimento de solidariedade

(RIOS e MACIEL, 2018). Nesse sentido, as publicações funcionam como forma de transmissão de um conhecimento adquirido pela experiência, pelo vivido e, mais do que isso, como uma forma dessas mulheres tornarem visíveis uma série de práticas alternativas e contra- hegemônicas, produzindo redes de solidariedade online. Falar de uma experiência de violência é algo que encoraja outras pessoas a exporem situações semelhantes, como já visto em campanhas como #meuprimeiroassedio (BAUMGARTEN, 2020).

- 3 Inseridas nas redes sociais e graças ao formato específico dessas mídias (ALMEIDA, 2019), essas publicações alcançam um grande número de pessoas. Analisar esses grupos *feministas* e suas relações estabelecidas e construídas, através da internet, exigiu que se considerasse as “circunstâncias pelas quais a internet era usada (offline) e o espaço social que emerge através de seu uso (online)” (HINE, 2000 tradução minha). Assim, ancorando-se nas possibilidades que uma indagação antropológica pode trazer a partir de um olhar para a experiência social (HINE; PARREIRAS; LINS, 2021). De modo que a internet passa a ser entendida como um espaço não neutro em que o online e offline atuam de maneira relacional, adquirindo forma e conteúdo segundo o contexto por quem é utilizada (PARREIRAS, 2008 2015).
- 4 Ademais, ainda que esse artigo se baseie em interações mediadas pela tela ou mesmo pelos mecanismos da internet, pensar como essas subjetividades são produzidas no digital exigiu uma perspectiva que contemplasse os diversos “marcadores sociais da diferença” (ALMEIDA et al, 2018). Atuando como “categorias articuladas” (MCCLINTOCK, 1995), esses marcadores perpassam as experiências sociais e originam formas distintas de atuação. A ausência de relações face a face, como evidenciado no decorrer da pesquisa, não significou que, no digital, repousassem relações igualitárias. Isso porque o “racismo algorítmico” (SILVA, 2019) e a *violência online*³ se dirigem a corpos que, fora desse ambiente, também são alvo de ataques semelhantes, assim como o acesso e o uso da internet são marcados por raça e classe social (PARREIRAS e MOURÃO, 2020).
- 5 Logo, observei como o aparecimento de grupos *feministas* nas redes sociais⁴ fez com que crescesse a descrição de situações de violências de gênero, como *assédios*, *abusos*, *estupros*, mas também outras desigualdades naturalizadas expressas em lutas políticas nas mídias sociais. Temas que são considerados tabus, de difícil exposição, como o *estupro*, parecem ganhar visibilidade com o advento dessas mídias. Revelar sofrimentos, reagir e “não calar” sempre foi uma pauta do *feminismo* e, o que vi na internet, foi uma forma de expô-los.

Mobilizações feministas nas redes sociais

- 6 A relação dos movimentos sociais e de grupos ativistas com o meio digital não é algo recente. Aponta-se que desde meados dos anos 1990, grupos de esquerda utilizaram da internet para causar impacto na opinião pública (MACHADO e MISKOLCI, 2019). No Brasil, parte considerável da bibliografia em torno dos movimentos sociais e internet, elenca 2013 como um marco nessa relação entre ativismos e o meio digital. Nas chamadas Jornadas de Junho, por exemplo, as redes sociais tiveram um papel fundamental na convocação maciça de atos e na criação de mídias alternativas (ALONSO, 2017; MACHADO e MISKOLCI, 2019).

- 7 Com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TICs) e com a ampliação ao acesso à internet, sobretudo através dos smartphones, estabeleceram-se modos particulares de ativismos que coexistiam nesses espaços. A saber, as comunidades de Facebook que buscavam uma aproximação entre ativistas e propiciavam uma maneira de organizar e convocar manifestações (CASTELL, 2013; GOMES e SORJ, 2014; FALCÃO, 2017), a criação de fóruns de auto-ajuda (FACIOLI, 2013), de canais no YouTube (MATOS, 2017) e de sites feministas (FERREIRA, 2015). Esses espaços foram palco de uma produção de discursos contra-hegemônicos que circularam entre ativistas e simpatizantes. As campanhas contra *assédio* são exemplos disso; relatar um caso de violência na internet desencadeou mensagens de apoio e solidariedade, impulsionando outras postagens e relatos que expuseram uma situação antes silenciada ou que, ao menos, era entendida como violenta.
- 8 Um outro exemplo disso foi a campanha #EuNãoMereçoSerEstuprada feita em 2014 pela jornalista Nana Queiroz. Inicialmente, foi uma resposta à pesquisa divulgada equivocadamente pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) que havia indicado que 65% dos entrevistados achavam as mulheres responsáveis pelo estupro sofrido⁵. Apesar da retratação do Instituto mostrar que os dados estavam errados⁶, a campanha já havia ganhado imensa repercussão nas redes sociais. A jornalista Nana Queiroz, junto a outras mulheres, propôs a criação de uma *revista feminista* que abordasse temas pouco falados pela grande mídia, como *estupro*. Contando com apoio de colegas de faculdade, a Revista Azmina nasceu com o propósito de um jornalismo *feminista e independente*, produzindo reportagens sobre temas relacionados às mulheres, fosse no âmbito da saúde ou até mesmo sobre direitos sociais e violência. Desses temas, o *aborto* aparece como pauta importante para o debate dessas feministas. Recentemente, a Revista fez uma reportagem⁷ que reuniu informações disponíveis no site da Organização Mundial da Saúde (OMS) falando sobre a prática do *aborto legal*, ou seja, sobre os casos em que o aborto não é considerado crime no Brasil. Segundo o Código Penal, o *aborto* é permitido em casos de *estupro*, de risco de gestante e em casos de anencefalia⁸. Pouco tempo depois da matéria ir ao ar, perfis no Twitter marcaram a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, que fez uma publicação em seu perfil pessoal acusando a Revista de uma “apologia ao crime”⁹. Embora a reportagem tratasse de informações públicas e alertasse para o fato de que *aborto* no Brasil era crime em alguns casos, o tema e o modo com que se explicava como era realizado o *aborto legal e seguro* pareceu incomodar setores contrários à sua descriminalização¹⁰. Semelhante ao observado por Azevedo (2019), esses grupos articulavam discussões de moralidades disputando quem era a verdadeira vítima. As organizadoras do site chegaram a ser alvos de ataques na internet com seus dados vazados, ameaças e acusações de “apologia ao aborto” e ao *crime*¹¹.
- 9 Se por um lado a Revista era vítima de perseguições na internet, por outro a reportagem alcançava um outro público, não leitor da revista. Observou-se como através desse embate político foi possível “furar a bolha” e alcançar um público que provavelmente não é leitor habitual da Revista. Lins (2019), apoiando-se em Parisier (2012 apud LINS, 2019, p.7), argumenta que as redes sociais funcionam através de programações algorítmicas, aproximando certos usuários de outros que pensam de forma semelhante. Nesse caso, se inicialmente as publicações da Revista alcançavam pessoas simpáticas às pautas feministas, após o conflito com a ministra, as publicações

tiveram um alcance maior e para além de pessoas que se identificavam ou simpatizavam com os temas.

- 10 Além da campanha #Eunãomereçoserestuprada, outras também foram importantes na internet como a “Chega de Fiu Fiu” e a “Meu Primeiro Assédio”, ambas feitas pela ONG Think Olga. Criada em 2013 após a viralização¹² de ilustrações nas redes sociais contra o *assédio*, o surgimento da ONG esteve muito atrelado a situações de violência vividas por Juliana de Faria, fundadora da Olga, e a sua vontade de falar sobre determinados temas relacionados à mulher, como mercado de trabalho e violência. O objetivo da ONG é de, por meio da comunicação, construir *contranarrativas* e poder dar nome a atos normalizados na sociedade, mas que hoje são vistos como violência devido às reivindicações de movimentos sociais.
- 11 Dessas campanhas, a “Meu Primeiro Assédio” foi a que ganhou mais popularidade nas mídias sociais. O seu início foi marcado após uma série de comentários de cunho sexual a uma participante de 11 anos do programa de TV Masterchef. O incidente fez com que Juliana de Faria publicasse em seu Twitter sobre um caso de assédio que sofreu quando ainda criança, mostrando como *assédio* é uma violência frequente entre meninas. Isso impulsionou milhares de outras mulheres a também relatarem casos de violência que viveram quando ainda crianças ou adolescentes. Um levantamento mostrou que a maioria das publicações trazia relatos de *assédios* que ocorreram por volta dos nove anos de idade¹³. A campanha foi importante objeto de análise feita por Baumgarten (2020) em que os usos da *hashtag* possibilitaram levar o debate sobre *assédio* à arena pública, em uma relação de mútua afetação entre as mídias sociais e a mídia hegemônica, abrindo, assim, espaços para produção de novos significados na categoria *assédio*.
- 12 Com aproximadamente 82 mil interações¹⁴ no Twitter, carregadas de mensagens de apoio e solidariedade, observou-se como se constituía um senso de comunidade – de *pertencimento* – em torno da experiência comum de *assédio* que, em alguns casos, nunca sequer havia sido contada a ninguém antes. Foi desse ato de “falar”/postar que uma série de questionamentos foram colocados a essas mulheres; cada uma delas deixava de se “entender como culpada para se entender como vítima das violências”¹⁵ e isso ocorria, principalmente, pelas redes de solidariedade que se formavam em torno dessas publicações criando uma noção de pertencimento e comunidade. Essa noção de pertencimento é comum a essas mulheres e *feministas* que encontraram nas mídias sociais um local para se sentir menos só. Esse *não se está só* fica ainda mais evidente quando se observa a atuação das Blogueiras Negras que, além de produzirem a livre circulação de conhecimento feito por mulheres negras, aparece como um espaço importante de acolhimento a essas mulheres. A solidão, que para Elias (apud CARRERA e CARVALHO, 2020) está relacionada à “vivência de pessoas que não possuem significado afetivo em meio a outras que estão ao seu redor” (CARRERA e CARVALHO, 2020 p.103), era retratada não como um sentimento atrelado ao isolamento social ou físico, mas sim a mulheres que se viram tratadas como corpos desejáveis, mas que não careciam de afeto ou mesmo solidariedade, se não entre elas mesmas.
- 13 Apesar das diferentes formas de atuação e discursos, parece haver nesses três grupos uma centralidade do corpo nas narrativas de violência atrelada ao que se entende como *feminista*. De tal forma que a experiência, como constituidora de sujeitos (SCOTT, 1998), neste caso, o sujeito do feminismo, é atravessada por uma série de marcadores sociais, sobretudo de raça, gênero e classe. Scott (1998) ressalta a experiência não como algo

autoevidente, mas como aquilo em que se necessita historicizar para que seja possível compreender como “sujeitos são constituídos através da experiência” (SCOTT, 1998 p. 5). Ainda, a autora observa como a experiência expõe os mecanismos repressivos, mas não sua lógica interna, gerando visibilidade sem reconfigurar a estrutura da sociedade – aqui machista e racista - que está posta.

- 14 Nos casos aqui analisados, a importância de historicizar a experiência está na possibilidade de se compreender como a subjetividade constitui-se por meio desses marcadores sociais. Identificar-se com esses grupos *feministas* na internet parece estar atrelado a se identificar com a violência ali retratada, seja de *assédio*, *estupro*, *racismo*. Dessa maneira, a experiência da violência se torna parte importante na constituição desse sujeito, alterando o modo que este compreende a forma de se estar no mundo.
- 15 Veena Das (1999 2011), em seu trabalho sobre as mulheres indianas que viveram a Partição da Índia na década de 1940, demonstrou como, longe de ser apenas uma lembrança do passado, a Partição mediava, a todo momento, a forma com que essas mulheres habitavam o presente. Fosse no caso de Manjit que carregava a lembrança de seu irmão deixando um pacote de veneno caso o exército mulçumano a encontrasse ou de Asha em que se observou a quebra de relações com seus parentes. Mediante isso, a autora elaborou o conceito de “conhecimento venenoso” (DAS, 1999 2001), isto é, um conhecimento adquirido pelo sofrimento que se propagava nas relações e que permanecia presente no corpo. No caso de Aisha e de Manjit, a autora ressalta uma espécie de “trabalho do tempo” (DAS, 1999) em que a experiência é vivida não da mesma forma com que ocorreu no passado, e sim incorporado na vida. Um tempo que é agente nas relações, “permitindo que sejam reinterpretadas, reescritas, modificadas” (DAS, 1999 p.37). Para Das (1999 2001), parte do “veneno” está em poder não falar explicitamente sobre o tema, mas ele “escapar” pelas frestas do cotidiano.
- 16 Recorro a Das (1999 2001) para pensar a presença da violência no cotidiano dessas mulheres que utilizam das redes sociais. Aqui, falar sobre é produzir formas de fazer política e significados em torno da categoria violência. Essa que se formava como um *queloide*¹⁶ de um corpo violado, uma ferida que cicatrizou e que permanece marcada no corpo, ainda refazendo dores como parte de processos que constituíam sujeitos e mediavam suas relações. Se no caso indiano o silêncio aparece como linguagem para a violência, aqui o que busco argumentar é que o “conhecimento venenoso” aparece e “escapa” do segredo no ato de falar ou escrever através das mídias sociais.

Mídias sociais e o trabalho de campo no digital.

- 17 Acompanhar as atividades online, o trabalho cotidiano e as relações de afetos e amizades desses grupos exigiu, para melhor análise, a realização de uma etnografia multissituada, ou seja, uma etnografia que buscou dar conta da dispersão de locais de observação (MARCUS, 1995), entendendo como a atuação dessas *jovens feministas* na internet está associada a suas vidas fora dela. A internet que, inicialmente, era parte de um campo que se caracterizava pelo recolhimento de informações, no decorrer da pesquisa, tornou-se também objeto de estudo. Haraway (2009) em seu trabalho sobre ciborgue, argumentou, em torno das relações entre humanos e não humanos, a inexistência de uma separação entre máquina e humano. Isso levou a entender a internet, nesta pesquisa, como parte das relações humanas (MILLER e HORST, 2015),

que, no caso analisado, possibilita uma nova gramática para falar de si mesmo (LINS, 2018).

- 18 Assim, compreende-se a internet de forma relacional e não isoladamente (MILLER et al, 2016), seguindo o fluxo constante de informação (SIMÕES, 2012) e os usos que esses grupos fazem de diversas mídias sociais. Estas, nas quais esses grupos estão inseridos, possuem uma certa estrutura comercial. Com *hashtags* e algoritmos que mediam e modelam suas interações nesses espaços, os fluxos nos quais estive inserida tornaram a minha presença no campo sempre guiada. Com o tempo os *posts* apareciam com mais frequência para mim, sem que fosse necessário grande esforço para a busca dos conteúdos, produtos e campanhas. Quanto mais eu me aproximava e interagia com essas *feministas*, mais exposta eu estava a receber conteúdo desses grupos.
- 19 Considero parte importante do campo de um trabalho realizado no meio digital, entender como esses fluxos nos guiam na pesquisa e como fazem parte desse complexo e emaranhado campo que se modifica a todo instante. As relações estabelecidas nesse contexto, como toda relação etnográfica que é mediada (MILLER e HORST, 2015), ganha contornos específicos nessas redes (HINE, 2000). *Compartilhar, curtir, seguir* e esses grupos fez com que meu perfil fosse lido como uma pessoa simpática a tais pautas, fazendo com que eu caísse em uma imensa rede feminista.

Conclusão

- 20 Foi possível observar nesses grupos *feministas* aqui analisados a criação de espaços de contestação de representações e de discursos hegemônicos. Esses grupos se colocam em conflito com a esfera pública hegemônica, produzindo arenas discursivas paralelas, nas quais seus membros inventam e circulam contradiscursos e formulam interpretações opostas de identidades, interesses e necessidades (FRASER, 1990 p.67). Logo, esses feminismos, que aqui são compreendidos como “campos discursivos de ação” por envolverem uma série de “atoras/es individuais e coletivos e de lugares sociais, culturais e políticos” e se “articulam, formal e informalmente, através de redes político comunicativas” (ALVAREZ, 2014 p.18).
- 21 Assim, a presença delas nas redes sociais criou uma mobilização focada em uma gramática específica dessas mídias. O uso de *hashtags*, *tags*, textos, vídeos e imagens que circularam pela internet criam redes de solidariedade online que são articuladas, sobretudo, pela identificação com o conteúdo postado. É então a partir de comentários de solidariedade – “a culpa não foi sua” – que foi possível observar como se instauravam espaços de reconhecimento da experiência de violência nas redes sociais, permitindo uma “condição de possibilidade da elaboração da violência sofrida” (SARTI, 2019 p. 509). Para Sarti (2019), o não reconhecimento de uma experiência de sofrimento associada à violência, recai na imposição do silêncio. O ato de narrar a violência nas mídias sociais possibilitava o rompimento com esse silenciamento imposto por uma sociedade que culpabiliza a vítima. Almeida e Marachini (2017) argumentaram como ocorreram transformações da compreensão de violência, permitindo novos significados a essa categoria. Pode-se afirmar, dessa forma, como a possibilidade de reconhecimento de uma experiência de sofrimento nas mídias sociais contribuiu para uma nova compreensão dessa violência. Ao mesmo tempo em que narrar dava novos significados para a categoria violência, também parecia produzir subjetividades que se constituíam

através do ato da fala ou da identificação – “eu me entendi como vítima”; “sofri um estupro pelo meu corpo-mulher”; “hoje entendo que meu cabelo não é ruim”.

- 22 Facioli (2013) demonstra, através do *Bolsa de Mulher*, um site com fóruns de debate e de grupos formados pelas usuárias no Facebook, como os discursos de autoajuda voltados para público feminino produziam subjetividade. Em dado momento, Facioli (2013) relata sobre como o contato por meio da internet possibilita às usuárias falarem sobre temas de sua intimidade, uma vez que a ausência do face a face exauriu a vergonha de ser julgada. A ausência da vergonha, a força para falar sobre e a relação de *pertencimento* notada durante a pesquisa mostraram-se como uma especificidade do digital. Dessa forma, estabelecia-se um modo de fazer política e de solidariedade online. (FACIOLLI, 2013; FERREIRA, 2015; BAUGARTEM, 2020; AZEVEDO, 2019).

BIBLIOGRAFIA

ALONSO, Angela. “A política das ruas”. **Novos Estudos Cebrap Especial**, jun./2017. Disponível em: http://novosestudos.com.br/wp-content/uploads/2018/07/Angela-Alonso_A-pol%C3%ADtica-das-ruas.pdf. Acesso em 12 de dezembro de 2019.

ALMEIDA, Heloisa Buarque de; MARACHINI, Laís Ambiel. De médico e de monstro: disputas em torno das categorias de violência sexual no caso Abdelmassih. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 50, e175020, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/5sdcpFssnqqvsJZKHZDjffC/abstract/?lang=pt>. Acesso em 26 de julho de 2020. <https://doi.org/10.1590/18094449201700500020>.

ALMEIDA, Heloisa Buarque de, et al. **Marcadores sociais da diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica**. Organizado por Gustavo Santa Roza Saggese, Marisol Marini, Rocío Alonso Lorenzo, Júlio Assis Simões, Cristina Donza Cancela – São Paulo: Terceiro Nome; Editora Gramma, 2018. ISBN: 978-85-7816-216-0.

ALMEIDA, Heloisa Buarque de. From shame to visibility: Hashtag Feminism and Sexual Violence in Brazil. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 19-41, Dez. 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872019000300019&lng=en&nrm=iso. Acesso em 26 de julho de 2020.. <https://doi.org/10.1590/1984-6487.sess.2019.33.02.a>.

ALVAREZ, Sonia E .. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 43, p. 13-56, dezembro de 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/9Y7dMKrDrFSGDyCJLW45Gpw/abstract/?lang=pt>. Acesso em 18 de junho de 2020. <https://doi.org/10.1590/0104-8333201400430013>.

AZEVEDO, Ana Carolina Braga. « Foi estupro ou apenas uma piada? Os embates midiáticos, políticos/militantes e judiciais em torno de um caso público », **Ponto Urbe[Online]**, 23 | 2018. Disponível em : <http://journals.openedition.org/pontourbe/5698>. Acesso em 25 de junho 2019. DOI : 10.4000/pontourbe.569

BOYD, D. M.; ELLISON, N. B. Social Network Sites: Definition, History, and Scholarship. **Journal of Computer-Mediated Communication**, v. 13, n. 1, p. 210–230, out. 2007.

CARRERA, Fernanda; CARVALHO, Denise. Algoritmos racistas: a hiper-ritualização da solidão da mulher negra em bancos de imagens digitais. **Galáxia (São Paulo)**, São Paulo, n. 43, p. 99-114, Apr. 2020. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-25532020000100099&lng=en&nrm=iso. Acesso em 29 de julho de 2020. <https://doi.org/10.1590/1982-25532020141614>.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**, Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DAS, Veena. “Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos”. **RBCS**, v. 14, n. 40, jun. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v14n40/1706.pdf>. Acesso em 20 de novembro de 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-69091999000200003>.

DAS, Veena. O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. **Cad. Pagu** [online]. 2011, n. 37, pp. 9-41. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n37/a02n37.pdf>. Acesso em 20 de novembro de 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-83332011000200002>.

FACCHINI, Regina et al. Movimentos Feminista, Negro E LGBTI No Brasil: Sujeitos, Teias E Enquadramentos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 41, e230408, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/KkBXLLPzyYtPn5FHgk3kMLC/?lang=pt>. Acesso em 01 de dezembro de 2021. <https://doi.org/10.1590/ES.230408>.

FACIOLI, Lara Roberta Rodrigues. **Conectadas: uma análise de práticas de ajuda mútua feminina na era das mídias digitais**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Carlos, 2013.

FALCÃO, Thiago Henrique de Oliveira. **memes, textões e problematizações: sociabilidade e política a partir de uma comunidade de LGBT universitários no Facebook**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas, 2017

FERREIRA, Carolina Branco de Castro. Feminismos web: linhas de ação e maneiras de atuação no debate feminista contemporâneo. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 44, p. 199-228, June 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cpa/a/CHYYZ9sKBpMtNZqQy3fLFsb/?lang=pt>. Acesso em 10 de outubro de 2020. <https://doi.org/10.1590/1809-4449201500440199>.

FRASER, Nancy. “Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy.” **Social Text**, no. 25/26, 1990, pp. 56–80. *JSTOR*. Disponível em: www.jstor.org/stable/466240.

GOMES, Carla e SORJ, Bila. Corpo, geração e identidade: a Marcha das vadias no Brasil. **Sociedade e Estado** [online]. 2014, v. 29, n. 2, pp. 433-447. Epub 17 Set 2014. ISSN 1980-5462. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/M3nBJJtyMYm4qd4TQdGpryR/?lang=pt>. Acesso em 30 de novembro de 2021. <https://doi.org/10.1590/S0102-69922014000200007>.

HARAWAY, Donna. **Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX** In.: TADEU, Tomaz (Org.) *Antropologia do Ciborgue. As vertigens do pós-humano*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

HINE, Christine. **Virtual ethnography**. London: Sage, 2000.

HINE, Christine.; PARREIRAS, Carolina.; LINS, Beatriz Accioly. A internet 3E: uma internet incorporada, corporificada e cotidiana. **Cadernos de Campo (São Paulo - 1991)**, [S. l.], v. 29, n. 2, p. e181370, 2021. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v29i2pe181370. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/181370>. Acesso em 6 de fevereiro de 2021. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v29i2pe181370>.

LINS, Beatriz Accioly. **Caiu na rede**: mulheres, tecnologias e direitos entre nudes e (possíveis) vazamentos. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2019.

LINS, Beatriz Accioly. **Notas sobre os vazamentos**: mulheres, exposição e internet. In: Marcadores sociais da diferença: gênero, sexualidade, raça e classe em perspectiva antropológica. Organizado por Gustavo Santa Roza Saggese, Marisol Marini, Rocío Alonso Lorenzo, Júlio Assis Simões, Cristina Donza Cancela – São Paulo: Terceiro Nome; Editora Gramma, 2018.

LUNA, Naara. Aborto e corporalidade, **Horizontes Antropológicos** [Online], 42 | 2014. ISSN: 1806-9983 Disponível em: <http://journals.openedition.org/horizontes/762>. Acesso em 14 de junho de 2020.

MACHADO, Jorge; MISKOLCI, Richard. Das Jornadas De Junho À Cruzada Moral: O Papel Das Redes Sociais Na Polarização Política Brasileira. **Sociol. Antropol.**, Rio de Janeiro , v. 9, n. 3, p. 945-970, Dez. 2019 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-38752019000300945&lng=en&nrm=iso. Acesso em 21 de julho de 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752019v9310>.

MARCUS, George. E. “Ethnography in/ of the world system: the emergence of multi-sited ethnography”. **Annual Review of Anthropology**, 24, pp. 95-117, 1995. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.an.24.100195.000523> Acesso em 28 de outubro de 2019. <https://doi.org/10.1146/annurev.an.24.100195.000523>.

MATOS, Lídia de Oliveira. **Transição capilar** : cabelos, consumo e interseccionalidade no ciberespaço. 2017. 98 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial**. Ed. Unicamp, 1995.

MILLER, D. et al. **How the World Changed Social Media**. London: UCL Press. 2016. Disponível em www.jstor.org/stable/j.ctt1g69z35.

PARREIRAS, Carolina. **Sexualidade no pontocom**: espaços e (homo) sexualidades a partir de uma comunidade online. Dissertação de Mestrado, IFCH, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

PARREIRAS, Carolina. **Altporn, corpos, categorias, esses passos e redes**: um estudo etnográfico sobre pornografia online. Tese de Doutorado, IFCH, Universidade Estadual de Campinas, 2015.

PARREIRAS, Carolina e MOURÃO, Renata. **Desigualdades digitais e educação: breves inquietações pandêmicas**. **Boletim Ciências Sociais e o Coronavírus, SP, nº36**. Publicado em 08/05/2020. Disponível em: <http://www.anpocs.com/index.php/ciencias-sociais/destaques/2350-boletim-n-36-cientistas-sociais-e-o-coronavirus>. Acesso em 15 de junho de 2020.

PORTO, Rozeli. “Itinerários abortivos e os diferentes mediadores em saúde.” In: VALLE, C.G; TEIXEIRA, C.C.; NEVES, R.(Org.). **Saúde, mediação e mediadores**. ABA/Ed. da URFN, p. 277-307, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/37275> Acesso em 22 de setembro de 2020. <https://doi.org/10.1590/%25x>.

RIOS, Flavia e MACIEL, Regimeire, “Feminismo Negro Brasileiro em Três Tempos: Mulheres Negras, Negras Jovens Feministas e Feministas Interseccionais”. **Revista Labrys**, 2018. Disponível em: <https://www.labrys.net.br/labrys31/black/flavia.htm> Acesso em 10 de outubro de 2019.

SARTI, Cynthia. Enunciações da tortura: memórias da ditadura brasileira. In: **Revista de Antropologia**, USP, pp.505-529, v.62, nº3, 2019. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ra/article/view/165230/158422>. Acesso em 26 de agosto de 2020. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2019.165230>.

SILVA, T. Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais : microagressões e discriminação em código. n. Junho, 2019. Disponível em: <https://lavits.org/wp-content/uploads/2019/12/Silva-2019-LAVITSS.pdf>.

SIMÕES, José Alberto. Investigando a rua através da internet (e vice-versa): considerações teórico-metodológicas sobre um itinerário etnográfico. *Anál. Social*, Lisboa, n. 205, p. 792-817, dez. 2012. ISSN 0003-2573 Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0003-25732012000400003&lng=pt&nrm=iso Acesso em 27 de julho de 2020.

W. SCOTT, Joan; A Invisibilidade Da Experiência. Tradução: HADDAD, Lúcia; Revisão Técnica: MALUF, Marina. **Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S.l.], v. 16, fev. 1998. ISSN 2176-2767. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11183>. Acesso em 15 de julho de 2020.

NOTAS

1. Recorro ao conceito de mídia hegemônica como traduzido por Heloísa Buarque de Almeida (2019), tratando-se de uma mídia com grande circulação social, estruturada economicamente pela compra de espaços comerciais por anunciantes.
2. Utilizarei itálico para termos êmicos, buscando preservar o significado dado pelas minhas interlocutoras assim como usarei aspas para frases longas.
3. Violência online se refere às violências que ocorrem no meio digital.
4. Por redes sociais, entendo serviços de web que permitem às pessoas a elaboração de um perfil que as possibilita interagir com uma lista de pessoas (BOYD e ELLISON, 2007).
5. <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2014/03/para-585-comportamento-feminino-influencia-estupros-diz-pesquisa.html> Acessado em 19/07/2020.
6. O Instituto alegou um erro na divulgação dos dados em que se tratava de 26% e não 65% aqueles que consideravam a mulher responsável pelo estupro sofrido. <http://g1.globo.com/brasil/noticia/2014/04/ipea-diz-que-sao-26-e-nao-65-os-que-apoiam-ataques-mulheres.html> Acessado em 30/11/2021.
7. <https://azmina.com.br/especiais/como-e-feito-um-aborto-seguro/> Acessado em 01/11/2019.
8. Convém dizer que, apesar de considerado crime, a prática de aborto ilegal é recorrente no país, sendo visto como um problema de saúde pública em que se afeta principalmente a mulher pobre, negra e/ou prostituta (PORTO, 2017).
9. <https://twitter.com/DamaraAlves/status/1174873389976248320>. Acessado em 20/07/2020.
10. Para uma melhor compreensão das disputas públicas no contexto de descriminalização do aborto ver Luna (2014) e Porto (2017).
11. Além disso, a Revista ainda foi denunciada pela ministra no Ministério Público e segue em processo até o presente momento (julho/2020).
12. *Viralização* é um termo usado na internet para se referir ao grande alcance de uma publicação.
13. <https://thinkolga.com/projetos/primeiroassedio/> Acessado em 28/10/2019.

14. Por interações eu quero dizer *curtidas, compartilhamentos e visualizações*.
 15. Essa frase foi dita por Máira Liguori, uma das organizadoras da ONG, em uma entrevista feita para o Diversas Podcast.
 16. <http://blogueirasnegras.org/meu-queloide-doi/> Acessado em 01/06/2020.
-

RESUMOS

Este artigo pretende analisar o aparecimento de grupos *feministas* na internet e a sua importância para o debate na constituição de redes sociais de mulheres. Intenciona-se discutir a respeito das possibilidades de ativismos no digital, entendendo as particularidades dessa mídia e de como os processos de sociabilidade e de produção de subjetividade ocorrem. Assim, através de três sites, Think Olga, Blogueiras Negras e Revista Azmina, busco compreender a maneira pela qual esses grupos se mobilizam com suas pautas específicas. Cada um deles, interagindo e articulando com pessoas de diversos lugares do Brasil que se identificam ou se opõem a esses sites, produzindo arenas discursivas onde são circulados contradiscursos à esfera pública hegemônica. Por fim, procura-se entender como a internet tornou-se um espaço de atuação de jovens feministas na produção de subjetividades a partir desses discursos.

This article intends to analyze the feminist groups emergence on the internet and their importance to the feminist debate in the assembling of women's network. The aim is to discuss about the possibility of digital activism, knowing the media's particularities and how the sociability's process and subjectivity production happen. Thus, pursues to understand – through the three sites, Think Olga, Blogueiras Negras and Revista Azmina – the way of this groups mobilize yourselves with each one specific agendas. Each one of them interacting and articulating with other people from different places in Brazil that identify or not with this sites, producing discourses arenas where are circulated counter-discourses to the hegemonic public sphere. As last, it aims to understand how the internet became an acting space to young feminists in the production of their subjectivity from these discourses.

ÍNDICE

Palavras-chave: feminismos, internet, genero, ativismos, redes de solidariedade

Keywords: feminism, internet, gender, activism, sociability's network

AUTOR

DÉBORA CAJÉ YAMAMOTO

Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo. Este artigo resulta da bolsa de iniciação científica (PIBIC-CNPq) realizada sob a orientação da professora Heloísa Buarque de Almeida entre 2019 e 2020 e de sua continuidade em 2021 com a orientação de Carolina Parreiras.

E-mail: debora.caje@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2933-7809>